



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 16/2026

(Plenária híbrida)

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e vinte seis, às treze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, nas dependências da Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH, Av. João Pessoa, 1105 – Farroupilha – Porto Alegre, sob a coordenação de **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Andréia Brito Gilli, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa**
Bruna Fernandes da Silva, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM**
Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
João Batista Machado da Rocha, **Fundação O Pão dos Pobres**
Lucas de Campos Ribeiro, **Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Calábria**
Maria Alice Goulart Silva da Silva, **Associação Amigos da Restinga**
Natália Laurindo e Francine da Silveira Idiart, **AHMI**
Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**
Priscila Balestrin, **Parceiros Voluntários**
Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre**
Rose Ceroni Canabarro, **ASAFOM**
Vera Regina Boose, **Federação Espírita do RS – FERGS**

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Adriana Paz, **Secretaria Municipal de Educação - SMED**
Guilherme Fagner da Silva Pereira, **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV**
Nicolas Vaz, **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL**
Mariana Santos de Azevedo, **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH**

Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**

DEMAIS PRESENTES:

Viviane Anchieta, **Administrativo SMIDH;**

Sandro Ribeiro, **Taquígrafo – TG Taquigrafia.**

PAUTA:

1. Abertura;

2. Informes e demais encaminhamentos;

3. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças.

Após a conferência de quórum foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA

2. INFORMES E DEMAIS ENCAMINHAMENTOS:

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc

(Topogigio) – Presidente: Então, boa tarde. Bem-vindos a mais uma plenária. Desculpem pelos atrapalhos. A tecnologia não me ajuda de vez em quando, e eu também não. Então, obrigada por vocês terem feito a reunião hoje mais cedo. Eu tenho uma audiência pública lá na Câmara sobre uma resolução da educação infantil. Então, convidaram para a gente poder estar lá. Então tá, vamos lá! Então, nós temos primeiro algumas questões para trazer para vocês em que a gente precisa conversar, tá? Um deles é a gente precisa fazer uma resolução de ampliação do valor do CPA, tá? Lembram aquela resolução que a gente fez do CPA em que era para fazer organizar para que os adolescentes pudessem estar vindo fazer parte da composição do conselho, fazer as reuniões do CPA também? Então, a gente viu que o recurso vai ser pouco, tá? E aí, então, a gente precisava fazer uma resolução de ampliação deste valor e aí a gente calcula mais ou menos uns 25.000, que daí a gente também consegue organizar as camisetas também do CPA para os demais conselheiros, em que a gente acabou não fazendo também. E aí, depois a Fran vai ver essas questões também dos tamanhos das camisetas e aí cada conselheiro vai ter uma camiseta do CPA também para quando a gente fizer algum evento. E também a gente organizar esse recurso. Tá, daí a gente vai fazer na verdade só uma de alteração ali do valor, tá? Ok, compreendido? Podemos colocar em votação então, por favor? Quem é favorável ao valor de ampliação da resolução? Ok, podem baixar a mão. **APROVADO POR UNANIMIDADE.** Tá. Outra questão também é na linha do CPA, é que foi solicitado pelos adolescentes de que eles pudessem já serem delegados, já saírem para a conferência como delegados já. E aí a gente queria fazer valer na verdade essa representação deles. E eu acho que

161 é bem importante que eles possam já realmente sair delegados. Eles estão fazendo uma
 162 construção bem legal. E aí depois até a Fran e o Paulinho vão falar melhor, mas na próxima
 163 quarta-feira eles vão estar com uma produção na Redenção, com bastante materiais, produzindo
 164 vídeos, produzindo bastante coisa já tanto para a conferência quanto para o que que é o CPA, o
 165 que que é o CMDCA, o que que é algumas questões assim. E aí, então, eu queria trazer para a
 166 gente já poder fazer esta essa composição em que eles não precisem necessariamente participar
 167 das pré-conferências, mas que eles por fazerem parte do CPA, e aí teve uma resolução, né
 168 Paulinho, que saiu o nome deles já, né? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**
 169 **Criança: Sim. Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
 170 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Então, a gente poderia fazer, referendando esta
 171 resolução com o nome de cada um dos adolescentes, que eles pudessem já fazer parte da
 172 conferência como delegado. E aí também lembrando que da mesma forma que nós, conselheiros
 173 de direitos, também já saímos como delegados. Então seria mais um plus também para a
 174 conferência. O que vocês acham? Alguma coisa? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**
 175 **Criança:** É que na verdade todas as conferências que já aconteceram até hoje, os conselheiros
 176 do CMDCA, os conselheiros de direitos, já saíam como delegados natos. Como o CPA está
 177 vinculado ao CMDCA já com resolução, então eles fazem parte também de alguma forma do
 178 CMDCA. Então, aqueles que foram aprovados aqui e já teve o nome publicado no DOPA, então
 179 seria como nós, conselheiros de direitos, também como delegados natos, embora eles estão
 180 participando das pré-conferências, mas aqueles que não conseguirem participar devido ao
 181 colégio ou alguma situação, então eles participarão da municipal de qualquer jeito. Então, só
 182 colocaria eles como delegados igual a nós, conselheiros de direitos. **Francyne da Rosa,**
 183 **CEMME:** Só para constar em ata os nomes, então, dos adolescentes: *Rede Calábria, João*
 184 *Gabriel da Silva Félix e a suplente Jamile Moura dos Santos; da Unidade Vila Nova da Rede*
 185 *Calábria, Manuela Mouro Mendes e a suplente Yasmin Colato Cumi; do Centro Cultural*
 186 *Marly Medeiros, Ruan dos Santos, Rafaela Machado e suplentes Nicole Moreira e Kerilyn*
 187 *Aguiar Barbosa; da AMURT, Mateus da Silva Cordeiro, Manuela Souza dos Santos,*
 188 *suplentes Ana Vitória Rodrigues, Agatha Ribeiro Freitas; NCCB Belém, Arthur Miguel dos*
 189 *Santos, Mateus Felipe Jardim e os suplentes Ricardo de Lima e Isadora Bittencourt.* Então,
 190 a gente tem 16 adolescentes que compõem, então, o Comitê de Participação Adolescente hoje
 191 das OSCs então que participaram da resolução que a gente então se candidataram e já estamos
 192 em execução com esses adolescentes, então eles seriam oficialmente então delegados da

conferência municipal, é isso. Daí eu vou colocar ali no grupo o nome dos adolescentes do CPA, que daí já fica mais fácil para conseguir colocar na ata. E aí foi o que eu falei, citei os nomes, aí todo mundo pode ver ali os nomes, se não conseguiu escutar o áudio aqui. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tá. Podemos colocar em votação, por favor? Quem é favorável, levanta a mão para que os jovens possam fazer parte da conferência como delegados. Ok, pode baixar. **APROVADO.** Outra questão agora é, ficou para esta segunda-feira o relatório da Central de Governo, do Secretário Gelson Guarda, em que a Denise e o Guilherme tinham ficado de fazer a revisão junto comigo. Eu preciso, então, que seja feito o quanto antes, no máximo até amanhã, para que a gente possa estar encaminhando os apontamentos para eles, tá? Já lembrei a Denise, a Sônia da Saúde, já lembrei o Guilherme também, mas só para deixar registrado direitinho, tá? Também lembrei hoje a comissão de políticas sobre o questionário da convivência familiar e comunitária que foi solicitado pelo Ministério Público, que tem até quarta-feira da semana que vem para fazer o questionário, tá? Então, também tem que organizar para fazer como comissão. Também já lembrei a comissão hoje. Uma outra questão, que daí eu acho que é um pouquinho mais delicada e a gente vai depois eu vou compartilhar ali com a executiva também o processo, mas é para que vocês saibam, é que nós estamos respondendo um questionamento do Tribunal de Contas, que veio para todas as secretarias praticamente e todos os conselhos, alguma coisa de apontamento. Quanto ao conselho, veio para nós um apontamento em que peço ajuda aos universitários aí, mas veio um apontamento principalmente questionando sobre a paridade, tá? Encaminhei para o Rodrigo Gonzales já o parecer e tudo, mas depois eu compartilho com vocês o processo SEI para que a gente possa ter uma visibilidade melhor. E aí, para que a gente possa ver os questionamentos e tudo direitinho ali, tá? E o que a gente entende? De acordo com a nossa lei municipal de criação ali do conselho, se entende que o nosso formato, ele é paritário, tá? Sendo sociedade civil, sete de atendimento direto, sete de atendimento indireto, e o governo, sete pelo governo. Então, nós entendemos isto, esta organização de uma forma paritária, tá? Então, eu estou pedindo auxílio, na verdade, para que a gente possa responder de uma forma mais correta no texto também. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas é paritário, aqui é paritário. Sete, sete. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Claro que é paritário. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Na verdade não é, faz toda essa diferença aí, é paritário. Mas fazendo, não é,

225 não seria, porque ele está dizendo que vai ter 14 OSCs e depois tem 07 governamentais.
 226 Paritário seria 14 e 14. Como tu estás dividindo ali, se tu quiseses igual, governamental, está
 227 dividindo, daria paritário, mas seria 14, 14. Mas manda o processo, daí todos a gente pode dar
 228 uma olhadinha ali. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
 229 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É, o que a gente entende desde o início da
 230 lei, a gente entende como paritário, tá? Nós somos paritários diferentes. **Paulo Francisco da**
 231 **Silva, Pequena Casa da Criança:** Eu estava pensando assim, se for, então vai ter que apertar
 232 a parte governamental. A gente mantém a nossa estrutura, indireto e direto, porque fizeram mais
 233 sete secretarias para nos enviar, porque para nós independe, das nossas 14 permanecem, e eles
 234 põem mais sete. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:**
 235 De toda forma, teria que alterar projeto de lei, né? Mas acho que dá para responder. **Maria**
 236 **Alice Goulart Silva da Silva, Associação Amigos da Restinga:** Eu estou lembrando da nossa
 237 reunião da executiva com o secretário na semana passada, quando ele falou do COMUI. Ele
 238 falou isso. "Como são vocês, estou de boa com vocês", não foram essas as palavras. "Eu vou
 239 manter assim, mas não é paritário. Então, o COMUI eu vou fazer com que seja paritário. Vocês,
 240 a gente se dá bem, então vai ficar assim". Então, ele já deixou isso de sobreaviso. **Carolina**
 241 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 242 **(Topogigio) – Presidente:** Sim, mas eu disse para ele que eu entendo que é paritário e é
 243 paritário. Mas então, vou mandar o processo ali para vocês, para vocês poderem olhar direitinho,
 244 porque eu acho que é importante a gente ter essa construção para a gente poder ir
 245 acompanhando, tá? E com isso também, aí só para a gente fazer uma fala, sobre o processo da
 246 saúde mental, o edital da saúde mental, fiz um despacho hoje, tá? Porque veio como uma
 247 demanda, vamos dizer assim, para o conselho fazer alguma resposta no processo da saúde
 248 mental. Então, no processo, então a gente estava conversando com a Viviane e com a Larissa
 249 ali, a gente organizou, organizei ali uma resposta para encaminhando, na verdade, para consulta
 250 à Cetece, né Viviane, para a Cetece, para que eles possam ajudar na resposta. E aí eu
 251 reencaminhei, na verdade, que acho que fica mais tranquilo assim, tá? Tá. Deixa eu ver o que
 252 mais aqui. Da minha parte acho que é isso. Que mais, gente? Vocês têm alguma coisa? **Rose**
 253 **Ceroni Canabarro, ASAFOM:** Não, só para contribuir que a ASAFOM também fez um dossiê
 254 com fotos de tudo que aconteceu até o momento, pegou até uma formação, a primeira formação
 255 que nós tivemos, e encaminhamos hoje também para a ASSETEC. **Carolina Aguirre da Silva,**
 256 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**

257 **Presidente:** Tá. Sobre o edital da saúde mental. Uhum. Tranquilo. Mais alguma coisa, pessoal?

258 **Lucas de Campos Ribeiro, Instituto Pobres Servos da Divina Providência - Calábria:** Eu

259 tenho, Carol, uma pergunta, por favor. Eu lembro que a gente, um dia no Pão dos Pobres, a

260 gente debateu sobre o Decreto 23.567 e que os apontamentos que a gente tinha feito ali, então

261 eles seriam levados para a gestão. E aí eu queria saber se a gente teve alguma resposta disso,

262 como que ficou essa situação. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado**

263 **do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não. Não, a gente levou até, ficamos

264 de marcar uma outra... A gente levou os apontamentos, ficou um outro momento para a gente

265 sentar porque ficou aquela função dos nossos anexos. E aí depois o anexo veio até de uma

266 forma... simplesmente veio. E aí agora, na reunião da semana passada que a gente teve com o

267 secretário, até a gente tinha levado uma proposta de que os anexos, quanto à resolução 150,

268 pudessem ter um prazo. Até hoje eu mandei um Whats para o secretário perguntando se ele já

269 tinha resposta, porque ele ficou de ver se ele enquanto secretaria, secretário, poderia dar este

270 prazo para início... Como é que é o nome? Para que começasse a valer os anexos. Que naquela

271 semana o anexo foi publicado na segunda, digamos que a partir daquela data vale já. E aí na

272 terça-feira entrou dois processos para a Resolução 150. E aí o que que a gente faz com aqueles

273 processos? Devolve, faz o quê, de que forma faz. Com os apontamentos do decreto, sem ser a

274 parte dos anexos, nós mandamos para a secretaria, para a Central Geral do Governo, mas a gente

275 não teve uma outra reunião sobre isto. Até vou tensionar. Mais alguma coisa, pessoal? **João**

276 **Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Só por só só a título de

277 informação, tá? E aí é uma questão assim que envolve, claro, uma organização específica do

278 qual é o Pão dos Pobres. Nós pedimos uma reunião ali com o Gustavo, não como conselheiros,

279 mas para entender, e acho que isso pode replicar também em outras instituições, os atrasos do

280 repasse. Como a gente já vem, a gente já tentou inúmeras vezes assim, até por uma questão

281 ética, não nós como conselho. Só para que todos os demais conselheiros tenham o conhecimento

282 de nossa parte, que a gente está pedindo para verificar o que que aconteceu. Foi prometido

283 inúmeras vezes a data do repasse, não foi feito o repasse. Por último agora foi dia 15, não foi

284 feito. Então, antes que a gente tome uma providência mais drástica, porque o recurso já está lá

285 desde setembro. Ou melhor, está aí e quando a gente escuta também da reunião com o secretário

286 que não vai poder passar de um plano para o outro, nós não vamos conseguir vencer a aplicação

287 do recurso, porque a gente já vem pedindo desde setembro e uma hora pede uma um documento,

288 a gente entrega, outra hora pede outro, a gente entrega. Então, a gente pediu essa reunião com

ele para entender o que que o que que falta mais a gente entregar. Não falta entregar mais nada. E eu acredito que isso, outras organizações, pelo menos o que eu tenho escutado, vão fazer esse levante e o que eu venho trazendo não é nós conselheiros da sociedade civil, acho que nem governamental, que estamos criando nenhum empecilho. Mas isso passa por nós também, porque mal ou bem a gente está representando. Eu sei que agora estou falando pela pela instituição, mas também trazendo de outras organizações que vêm nos procurando em relação a isso. Então, qual é a preocupação que nos causa? A gente não ter o repasse na data prevista. Ok, se a organização está falhando, que seja apontada e que ela corrija. Mas se ela ela não vai conseguir executar. E se não pode passar o excedente do recurso de uma carta para outra, conforme acho que o secretário deixou bem claro na última reunião, inclusive pelo apontamento ali da PGE de que maneira a gente vai executar? A gente vai perder o recurso? E outra que a gente está sendo pressionado e muito pelas empresas, mas muito mesmo. Eu já nem sei, eu já nem estou mais pedindo para depositar via fundo. E daí a gente não tem outra fonte, porque não consegue prestar contas para a empresa, não consegue receber. E como eu disse, se é uma falha da instituição, que nos seja apontada, olha, falta CND tal, documento tal, falta prestação tal. E pelo que eu venho acompanhando aqui do nosso administrativo financeiro, tudo foi entregue. E por que que eu falo aqui numa plenária? Porque eu estou trazendo uma angústia de uma organização que tem o que tem o time completo, só para trazer um pouco dessa angústia enquanto organizações, mas também dessa dificuldade de execução. E eu não estou aqui acusando nem A, nem B, nem C, nem D. Eu só de fato para a gente entender o Gustavo, eu acho que é o gestor nesse momento, que possa falar pela equipe, olha, vocês não receberam porque faltou a secretaria tal, vocês não receberam porque vocês não não aplicaram tal. O que a gente precisa ter essa pontuação, porque tudo que nos foi pedido foi entregue. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado Morro da Cruz – CAIMC – Presidente:** Bem colocado, João, porque realmente vimos na última reunião que precisávamos ver isso. Até olhamos enquanto Pão, enquanto instituição, para ver onde estava o processo. É isso que sempre digo: se o Pão dos Pobres está aqui dentro do conselho e tem toda essa dificuldade de repasse do recurso, imagina uma instituição que não está dentro do conselho. Como fica para poder acessar o recurso? É muito mais complicado ainda. Sei que tem funcionários em férias, ok, mas não justifica o tamanho atraso. É atraso realmente. Acho que depois, João, se puderes ter um retorno do que tiveste ali, é bem significativo para podermos ver o contexto e também o que fazer quanto ao conselho. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos**

Pobres: Também, Carol, te convido, a ti e aos demais conselheiros que quiserem participar, para podermos entender e podermos explicar. De fato, não queremos nenhum privilégio sequer, mas é importante entender de novo, porque a cada plenária trazemos essa angústia das organizações. É o que garante, em algumas organizações, a execução dos serviços. Por um lado, temos as empresas nos cobrando, e com legitimidade, porque destinaram o recurso, por outro lado não temos o recurso e não temos como prestar contas e, ao mesmo tempo, esse delay. Precisamos entender por que esse delay. Se é falta de pessoal, mais uma vez vamos ao Executivo. Se é por falta de dados da instituição, que nos sejam ditos todos aqueles que já nos foram pedidos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado Morro da Cruz – CAIMC – Presidente:** Tá. Quando é a tua reunião? Tu tens data? **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Não, eu pedi para a Viviane, que está aqui conosco também, a possibilidade de verificar as agendas do Gustavo. Até para não queimarmos fluxo, não queremos ir ao secretário, prefeito ou outra instância, até para podermos entender. Pode ser que seja uma falha institucional, mas tenho cobrado muito do time aqui e, como eu disse, temos uma grande estrutura de pessoal: financeiro, captação, prestação de contas. Pode ser que tenha alguma falha da instituição, não quero dizer que estamos blindados de qualquer falha, mas se tem, que nos seja apontado claramente. Tudo o que foi pedido nós entregamos. A promessa era de que seria depositado o recurso na segunda-feira, recurso de setembro. O que vai acontecer? Vai entrar esse recurso e já não sabemos nem onde aplicar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado Morro da Cruz – CAIMC – Presidente:** Sim, bem isso. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Só para ter uma ideia, ontem o D'Alessandro, que é aquele jogador: 'olha, eu tenho 200 mil do Zaffari para destinar para vocês, mais 350 de uma outra instituição, mas preciso que vocês executem logo na sequência, senão não adianta depositar no fundo se só daqui a 1 ano vamos receber. Tu vai nos depositar esse valor agora para executar já agora em outubro?' Esquece, nem deposita. Mas isso cria um mal-estar porque há pouco estava falando da transparência, da visibilidade, da comunicação. Em todos os espaços que se vai, divulgamos com criança que é uma fonte maravilhosa de sustentabilidade, de qualidade de execução da garantia do direito da criança e do adolescente, mas encontramos essas dificuldades. **Priscila Ballestrin, ONG Parceiros Voluntários:** Só para complementar o que o João disse, com a Parceiros aconteceram duas situações bem parecidas. Um termo nós assinamos já há mais de 2 meses e já era para termos recebido o recurso, também não recebemos. A outra era a última parcela do projeto que também

era para ter recebido e não recebemos. Nas duas situações tinham ajustes a serem feitos no plano de trabalho, mas não fomos comunicados. Se não fôssemos atrás perguntar insistentemente o que aconteceu, não saberíamos que teriam coisas para serem ajustadas para poder receber o recurso. Talvez esteja acontecendo alguma questão imbuída no fluxo de comunicação com as instituições, porque se não ficamos monitorando, correndo atrás e insistentemente vendo o que aconteceu, nem saberíamos, nem teríamos sido comunicados sobre o que precisaríamos arrumar. Estamos à disposição para arrumar o que for, para fazer tudo corretamente, mas precisamos saber o que precisa arrumar. Acho que uma das situações pode ser esse fluxo de comunicação que esteja truncado. Enfim, é uma coisa que não acontece só com uma instituição, tem acontecido com vários casos em que ficamos aguardando todo esse processo de captação, depois o processo de análise de documento, e realmente tem levado muito tempo para poder executar os projetos. **Francine da Silveira Idiart, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Centro da Educação:** Oi, boa tarde. Só aproveitar para deixar registrado também, já que estamos tendo esse espaço de poder trazer um pouco desses relatos enquanto instituição, e que sim acaba sendo a voz do que acontece com a maioria das instituições que captam recursos nos fundos, nós também passamos por algo bem parecido em relação a essa questão de recurso. Mas eu queria deixar um grifo e fazer um relato também acerca desse credenciamento com a SMIDH. Algo que me preocupou bastante e penso que é importante usarmos esse espaço para poder falar sobre isso. Nós aqui, embora representemos a instituição, somos conselheiros e representamos o grupo todo, todas as outras instituições. Me preocupa essa questão do credenciamento da SMID, dessa informação poder chegar às outras instituições. Tivemos uma reunião semana passada no conselho, na comissão de políticas, orientando uma instituição acerca de questões específicas sobre o projeto, e usamos esse espaço inclusive para falar sobre o credenciamento e poder alertar a instituição de que as instituições que captam nos fundos, principalmente essas, precisam fazer esse credenciamento para estarem habilitadas, credenciadas, deferidas, até para a questão também de repasse, para que o repasse aconteça. Sabemos de relatos de instituições inclusive que, dentro desse processo, o repasse não está sendo efetuado por não terem feito o credenciamento. Acho importante falarmos isso porque isso é uma realidade, estamos falando de fatos, de questões concretas, no sentido de podermos usar esse espaço para pulverizar essa informação, trazer para as outras instituições, orientar as outras instituições. Sei que essa informação foi trazida no fórum, o fórum é um espaço que debatemos, trazemos essas orientações à instituição, mas acho importante talvez reforçarmos

isso com as instituições, porque isso de fato pode prejudicar as instituições. Só fazer esse grifo e trazer essa preocupação e também o desejo de que possamos usar este canal nosso com as instituições para estar orientando acerca disso. **Rose Ceroni Canabarro, ASAFOM:** Aproveitando essa questão do credenciamento, Carol, acho importante como se dá o processo hoje do credenciamento. Nós também somos uma instituição que captamos recurso e não podemos captar porque não temos o credenciamento. Encaminhamos o documento para o credenciamento e perguntei como era o fluxo do credenciamento, como que vai para o DOPA, se é um bloco. O que me disseram foi que vai para o DOPA uma vez por mês. Esse é o fluxo. Eles juntam tudo e uma vez por mês colocam no DOPA. Esse fluxo também seria importante ser mais acelerado ou fazer um mutirão, ver quantas organizações pediram o credenciamento, porque esse credenciamento é independente de ter recurso ou captação de recurso ou não. Acho que é isso de poder ver no que tange para a infância, como eles estão fazendo esse fluxo. Acho que é importante sabermos esse fluxo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado Morro da Cruz – CAIMC – Presidente:** Acho ótimo, muito bem colocado, Rose, porque até acho que temos que saber, e para as próximas reuniões vou perguntar para o Gustavo ou alguém da secretaria vir apresentar para nós como é o fluxo. Porque se é uma vez por mês, não tem como trancar o dinheiro. Por que é uma vez por mês? E qual é a eu lá na ordem? Eu sou a quinquagésima ou sou qual? E qual é a análise? Assim não tem como trancar nada. Acho que isso é bem grave. Eu também estava pensando aqui de fazermos um fluxo também entre nós. Quando a secretaria receber os processos de Resolução 150, já despachar no e-mail para a instituição o recebido, mas também colocar no e-mail que deve fazer o credenciamento. Se tiver, perfeito. Se não tiver, já estou avisando. Isso, da mesma forma, ali na Comissão de Políticas quando analisar, poderíamos estar adicionando esse documento, que não vi ainda como é de credenciamento, ou então também no primeiro despacho também colocar que deve ter o credenciamento, para que não chegue lá na Comissão de Finanças, lá na carta de captação, e tranque o dinheiro lá na frente. Assim já eliminamos agora na entrada. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** A informação é que as OSCs não estão recebendo oficialmente essa solicitação de credenciamento. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Foi por e-mail para todas as OSCs pelo Fórum, foi por e-mail para todas as OSCs em que já estão com a carta de captação vigente, porque o Daniel mandou e me copiou. Quanto a isso não posso falar mal da secretaria neste momento,

mas isso é verdadeiro. Até ele me copiou o texto em que dava para ser: "Olha, Carol, vou mandar este texto". Eu disse, "Ok". O texto estava bem redondinho, bem explicativo, como é que era tudo mais. Só que é lógico que às vezes a instituição recebe 10.000 e-mails, também não vai olhar o que é, né? Eu, por exemplo, eu na minha instituição eu ainda estou fazendo o credenciamento. Eu ainda não concluí. Só que eu não tenho carta de captação, então eu estou mais tranquila, então mais tranquila assim, mas eu também estou fazendo. Eu acho que dá para a gente enviar sim. Eu acho que dá para a gente mandar de novo pelo Fórum, de novo pela secretaria, e a gente fazer este fluxo aqui dentro da secretaria também quanto ao conselho. Eu acho que a gente já elimina algumas questões futuras. **Fabrizia Demo, ONG Parceiros Voluntários:** Não seria sobre o credenciamento também. Uma situação. Até o que a Ro estava falando, no fórum de entidades, ele o Mateus esteve lá, falou toda essa questão do credenciamento. E aconteceu uma situação hoje e assim, ó: tem que ter cuidado porque está indo para a SMAS, não foi o não é o primeiro nem o segundo, porque na hora de credenciar tem SMAS e SMIDH, né? Então, é um do lado do outro, é bem pertinho. E os dois têm credenciamento. Então, assim, a gente ter esse cuidado, né? Então, a gente já na Parceiros a gente encaminhou agora, deu um probleminha. Falei com o pessoal da SMAS e está acontecendo. Então, assim, ó: em questão de documentos também, a questão do de quantos megas para encaminhar não tem o suficiente. Aí tu tem que comprimir o documento, tem instituições que não sabem fazer isso. Então, é bem chatinho o credenciamento. Nem todas as instituições têm esse sabem, né? Eles fizeram uma formação, mas foi em fevereiro, eu acho.

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente: É, isso enquanto à SMAS ainda fez a capacitação, porque enquanto SMIDH não fizeram, né? **Fabrizia Demo, Parceiros Voluntários:** E aí, o pessoal hoje, informação do pessoal, está confundindo e está encaminhando para a SMAS. Elas fecham o processo, porque elas sabem que a documentação é praticamente a mesma, né? É ali na hora do processo de criar o SEI são os mesmos documentos, muda só um anexo. Então, tem que ter bastante cuidado, prestar muita atenção. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É comum as instituições se confundirem, o que é CT, o que é SEI, o que é CMAS, o que é CMDCA, o que que é comum, né? A gente faz na loucura e já era. Tá, mas então, gente, podemos organizar então este fluxo, Viviane? Políticas, podemos? Podemos? Quem cala consente. Então tá, foi votado, **APROVADO POR UNANIMIDADE. João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão**

dos Pobres: Carol, a reunião foi marcada para sexta-feira de manhã, às 10 horas. Se tu, Presidente, puderes participar. E porque a ideia, claro, é o caso específico do Pão, mas a partir desse caso, os que a Priscila trouxe, talvez ampliando talvez no num sistema de orientação.

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente: Claro, daí eu já organizo alguma coisa. Tá, ok. Ok, gente, comissões? Pode ser? Quem primeiro? Finanças?

3. COMISSÕES: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE FINANÇAS:

Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF: Finanças, nós temos três processos. Daí eu vou fazer a leitura de um e a Priscila vai fazer a leitura de dois. Então, o processo é o 24.0.0000.627.166, a OSC é o **LAR DE SANTO ANTÔNIO DOS EXCEPCIONAIS**, o projeto é Qualificação do Atendimento a Pessoas com Deficiência Cerebral. A OSC encaminhou ajuste de projeto através do documento SEI 39787516. Trata-se de projeto aprovado em Resolução 121/2024, Certificado 20/2024, com validade no valor de com validade de 24 meses no valor de R\$ 3.785.040. Quando no momento de solicitar o recurso, houve divergência entre o plano de trabalho apresentado e a proposta aprovada. Por esse motivo, foi necessária a adequação da proposta do projeto. Não houve alteração do objeto, o atendimento são de 46 acolhidos, as atividades serão desenvolvidas na sede do Lar Santo Antônio dos Excepcionais, o parecer é favorável da Comissão de Políticas, documento 39809125. Então, da comissão, as despesas serão de folha de pagamento para atendimento às crianças e adolescentes institucionalizados. Em análise ao documento encaminhado, a comissão de parecer favorável ao ajuste do projeto. Assim, encaminhamos para demais trâmites, uma vez que trata-se de adequação à proposta já autorizada na Resolução 121/2024, Certificado 20/2024. Alguma dúvida? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não. Alguma dúvida, pessoal? Não, podemos colocar em votação, quem é favorável levante a mão. Ok, podem baixar. **APROVADO.** Outro.

Priscila Ballestrin, ONG Parceiros Voluntários: Nós temos o processo 26.0.00025318-8 do **CENTRO CULTURAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS**, o projeto é Adolescer na Lomba. Então, a OSC encaminhou proposta de projeto para captação pelo Funcriança, o projeto Adolescer na Lomba. O objetivo do projeto é assegurar a oferta de atendimento qualificado em serviços de promoção, proteção e garantia de direitos a adolescentes vulnerabilizados e de risco

481 pessoal e social na Lomba do Pinheiro, na perspectiva de consolidação de uma política efetiva
482 de proteção social juvenil. O projeto será executado em forma contínua ao longo de 12 meses,
483 integrando atividades de formação, oficinas, círculo de paz, ações com famílias e qualificação
484 profissional. Então, o público de atendimento são adolescentes de 14 a 17 anos, período de
485 execução é de 12 meses e a meta de 50 adolescentes de atendimento mensal. O valor total do
486 projeto é R\$ 489.579,28. Em análise ao projeto a Comissão de Finanças deu parecer favorável
487 à emissão de carta de captação no valor de R\$ 489.579,28, com 5% de retenção. **Carolina**
488 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
489 **(Topogigio) – Presidente:** Ok. Alguma dúvida, pessoal? Votação. Quem é favorável levante a
490 mão. Ok, podem baixar. Ok, **APROVADO** também. Outro. **Priscila Ballestrin, ONG**
491 **Parceiros Voluntários:** Segundo projeto é o processo 23.0.00060705-3 da **ASSOCIAÇÃO**
492 **DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA TERESA DE JESUS.** A OSC
493 encaminhou o e-mail informando então que teve reunião com a ASSETEC e foram orientados
494 a realizar ajustes no projeto. O projeto original aprovado em 2023 tratava-se somente de
495 aquisição de materiais permanentes, e o projeto ajustado, anexado ao processo que é o
496 documento 37240388, inclui as ações que serão realizadas com estes equipamentos. Então, a
497 questão era que antigamente a gente aceitava projeto só de compra de equipamentos, e aí agora
498 para estar adequado ao plano de trabalho e as análises, a OSC descreveu na metodologia
499 também o que que quais são as atividades que eles vão realizar com as crianças utilizando os
500 equipamentos que vão ser comprados. Como não teve alteração de objeto, nem de objetivo, nem
501 de meta, nem somente essa adequação de atividades, então a comissão é de parecer favorável
502 aos ajustes do projeto qualificar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
503 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Ok. Em votação, quem é
504 favorável favor levantar a mão. Ok, podem baixar. Ok, **APROVADO.** De vocês são só esses
505 três? Tá. Eu queria aproveitar só antes de passar para outra comissão e trazer uma questão que
506 eu me lembrei e aí eu só trago para a gente poder pensar e aí depois na próxima plenária a gente
507 pode amadurecer alguma questão, tá? Nós estamos com o parecer da PMS, impossibilitando a
508 questão da transferência entre projetos, né? O secretário na última reunião, ele disse que leu o
509 parecer e concorda com o parecer, então já teria alguma questão não ainda trancando as
510 transferências, mas de uma certa forma vai acontecer daqui a pouquinho, se já não está
511 acontecendo, né? O que me preocupa muito, porque nós vamos acabar trancando os recursos de
512 quem está captando. E aí eu estava falando com a com o pessoal da secretaria agora, com o

513 Joaquim. As transferências de recursos, muitas vezes elas acontecem quando um projeto ele
 514 capta valor a mais, só que igual ele não tranca no sistema, ele fica a carta ali aberta e ele fica o
 515 projeto aberto. Então, tu tá tu não tem, quanto secretaria, quanto conselho, uma forma de
 516 auxiliar as instituições. Eu estou fazendo praticamente forçando ela a fazer algo errado, né? Se
 517 eu estou permitindo que entre recurso ali, eu estou ajudando ao erro. Também quando já
 518 aconteceu, o erro não é da instituição, é isso que eu estou dizendo, né? Tipo assim, se o meu
 519 projeto ele é de 1.000.000, eu tenho carta de 2 anos, em 1 ano eu captei 1.000.000, o projeto
 520 pode ficar ali, só que tinha que ter uma trava para que não entrasse mais dinheiro. Entrou mais
 521 1.000.000, eu vou perder esses 1.000.000? Não é o meu erro, não foi erro meu, né? Também da
 522 mesma forma em que o meu projeto, a minha carta lá tem a vence hoje. Não vai sair do sistema
 523 hoje. Não vai sair do sistema talvez tão cedo. E isso é um outro erro que não é da instituição,
 524 né? Então, assim, isso são questões em que a transferência de recursos, estou pegando só esses
 525 dois exemplos, né, a questão de transferência de recurso impacta diretamente nas instituições.
 526 Sei que teve problemas e que a gente tem problema em tudo que é lugar, mas eu trago esses
 527 dois exemplos assim para a gente poder pensar um pouquinho mais. O que foi falado na reunião
 528 da semana passada, que daí eu fiquei pensando e aí eu queria ver como que a gente poderia
 529 fazer e se poderia fazer. A prorrogação da carta de captação ela é 2 anos por lei, né? O ECA diz
 530 lá 2 anos, né? É, né? Então, eu não posso prorrogar a carta de captação. O que eu posso
 531 prorrogar? Tem alguma coisa que eu possa prorrogar? Eu posso prorrogar o projeto? Projeto
 532 não é a carta de captação. Porque se eu prorrogasse alguma coisa, eu poderia fazer o uso desse
 533 dinheiro sem transferir. Entenderam? Eu não sei como, eu estou pensando desde a semana
 534 passada o que a gente poderia fazer. **Francyne da Rosa, CEMME:** Não tem na Resolução 150,
 535 não diz ali até quando pode ser, que diz a prestação de contas, né? Após os 2 anos da carta.
 536 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
 537 **(Topogigio) – Presidente:** Não, eu não digo a prestação de contas, eu digo porque o que que é
 538 assim, ó: para mim fazer transferência de recurso é antes de eu te repassar o recurso antes ali,
 539 né? Eu já sei, eu vou te pedir o vou pedir o recurso para o CMDCA, para o FUNCRIANÇA
 540 aqui e eu já sei que eu tenho 1.000.000, 100.000 a mais, e aí eu posso pegar essa transferência
 541 para outro projeto, né? Teoricamente a minha carta já venceu. Eu não sei o que a gente poderia
 542 prorrogar para não ter a transferência, entende? **Francyne da Rosa, CEMME:** Sim, mas para
 543 não ter a transferência, a gente tem ali o prazo de prestação de contas após os 2 anos da carta,
 544 não tem? É esse prazo? Porque esse prazo vai dizer o quanto tu tens ainda de tempo de execução

do mesmo projeto. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Sônia, e depois João, eu acho. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Ah, o que eu vejo assim e talvez a gente vá ter que construir também, eu também fiquei pensando nisso, tá, Carol? E esses dias eu até troquei uma ideia com o Daniel aí da SMID, podemos aumentar o valor da carta? Hoje a OSC me pede 1.000.000, ela captou 1.000.000, mas depois tem esse excedente, pode ser a podemos aumentar? Daí então em vez de 1.000.000, 1.100.000? Esse excedente evitaria a transferência? Não sei também, mas como que nós vamos operacionalizar? Porque no momento que a OSC apresenta uma proposta, ela vai dizer aquilo que ela executaria com 1 milhão. E esse excedente ela teria que acrescentar nas ações já autorizadas, talvez, alguma coisa assim. Mas enfim, também é para pensar, penso, a minha sugestão que a gente pense isso. Acho que prorrogação da carta não, mas somente um acréscimo a cada carta já autorizada. Mas se isso operacionalmente, legalmente, como é que a gente poderia trabalhar? Só isso. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** O que está em pauta bastante são os prazos. Então, o que se percebe é que tu tens um prazo de execução da carta, tu tens um prazo de termo de fomento que seja depositado, depois tu tens um prazo de contas. O que me parece é que os prazos eles não conciliam com aquele período da vigência da carta. Se tu tens um saldo remanescente que tu não conseguiu executar, tu não pode transferir para um outro projeto. Mas o que seria, acho que um pouco na linha do que a Sônia traz, tu teria que ter uma dilação, uma progressão de data de execução daquele mesmo objeto, ou transferir para um mesmo plano com uma outra vigência, mas com o mesmo objeto. Eu me lembro bem que o secretário trazia, acho que a própria Procuradora Catarina traz, é que quando a pessoa que destina, ela destinou para aquele projeto, e aí a organização ela não teria autonomia de passar para um outro. Então, um exemplo bem clássico: ela pediu para comprar uma cozinha nova e ela não conseguiu comprar por conta do prazo, expirou os prazos, daí ela quer transferir para um outro projeto para comprar um carro. Daí não pode, porque o doador deu para comprar a cozinha, não o carro. Então, o que eu entendo é que a organização teria que fazer um novo plano com uma nova vigência, mas para comprar a cozinha que ela pediu. Claro, eu estou resumindo aqui só para a gente exemplificar, mas não seriam planos distintos, mas o objeto tem que ser o mesmo. Mas acho que está tudo focado nos prazos, de novo, recorre porque nem sempre a organização faz uma previsão de gasto dentro de uma previsão ideal. E esse ideal nunca acontece na data porque ela não consegue resgatar o valor, e às vezes nem prestar contas. Ou aquilo que já foi dito em outros

momentos: pediu para comprar uma coisa e acabou comprando outra, que também não pode, daí é o erro da organização. Mas enfim, acho que está tudo muito focado nos prazos e no objeto do custo do investimento desse recurso. **Priscila Ballestrin, ONG Parceiros Voluntários:** Complementando a fala do João, o que a gente tem visto na Comissão de Finanças que tem chegado para a gente? Uma das situações é que o pessoal confunde a palavra saldo remanescente. O saldo remanescente é aquele que sobra na conta de quem já aplica no primeiro plano de aplicação, usou o recurso, está lá na nossa conta da instituição e sobrou, esse é o remanescente. O que está lá ainda em extrato que não foi vinculado a nenhum plano de trabalho, a gente não chama de saldo remanescente. Então, tem acontecido de duas instituições encaminharem ofício com esse termo e aí acaba confundindo. Então, o saldo remanescente, pelo que a gente já recebeu, usou e sobrou na conta, esse a gente realmente não tem como utilizar, volta para a conta do fundo. Mas essa questão da transferência, captei, não utilizei, ou captei num primeiro plano de trabalho, depois continuei captando e vou fazer um segundo plano de trabalho. O que tem acontecido muito é que as instituições têm o hábito de fazer a transferência, e às vezes elas nem tentaram executar o projeto com o que elas captaram. Aconteceu com uma instituição que passou do prazo da carta de captação, veio solicitar a transferência e disse para a gente: "A gente é acostumado a fazer, então a gente já pediu a transferência logo de cara." Então, nem foi solicitado para utilizar o recurso no projeto original. E aí a Sônia deu a orientação de fazer um aditivo no termo de fomento que já estava em execução, e aí a OSC conseguiu utilizar, porque era um recurso alto, que se eles fossem transferir, eles iam perder por essa impossibilidade da transferência que veio agora com esse apontamento. Então, acho que tem uma questão de educação que a gente vai precisar fazer, de conversar com as instituições e informar para que elas tentem primeiro executar esse projeto conforme captaram no projeto original, e não fazer essa transferência automática sem ter essa utilização. E é uma coisa que tem acontecido com frequência, Sônia, de chegar para a gente sem ter tido nenhuma execução, ou transferiu uma parte e foi para um projeto novo com outro objeto. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Nessa linha, Carol, da Priscila e do João, eu penso que a gente vai ter que tentar pegar todas essas normativas, porque tudo cai no prazo, e tratar com a secretaria. Não dá, não tem como, eu estou do lado de cá, mas de repente alinhar um prazo que fique bom para a secretaria e não atrase esses repasses, um prazo bom para a OSC poder executar, prestar contas, enfim. Acho que a gente pode rever essas normativas todas e tentar alinhar de uma forma tranquila para que todos possam se utilizar, porque é um recurso

609 importante, considerando tudo que vem vindo de novo nessas novas determinações da nossa
610 procuradoria. Essa é minha sugestão. **Lucas de Campos Ribeiro, Instituto Pobres Servos da**
611 **Divina Providência - Calábria:** Talvez fuja um pouquinho do assunto das transferências, mas
612 ainda sobre captação e carta de captação, o que acontece também é que as entidades captam
613 recursos pelos projetos, e o valor que vai sendo acrescido então, conforme a captação, a OSC
614 não tem o ganho do valor que fica aplicado na conta. Então, acho que isso também deveria ser
615 algo que a gente poderia pensar, porque às vezes ficam altos valores captados pela OSC, e o
616 valor da aplicação desse recurso captado acaba não sendo destinado para a OSC também. Esse
617 valor que fica aplicado... **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
618 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Está captado? Não, se eu entendi. **Lucas**
619 **de Campos Ribeiro, Instituto Pobres Servos da Divina Providência - Calábria:** Do
620 rendimento. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
621 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Do rendimento antes de passar para a instituição?
622 **Lucas de Campos Ribeiro, Instituto Pobres Servos da Divina Providência - Calábria:** Isso.
623 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
624 **(Topogigio) – Presidente:** Isso é fundo livre, entendi. **Lucas de Campos Ribeiro, Instituto**
625 **Pobres Servos da Divina Providência - Calábria:** Porque a instituição, por exemplo, captou
626 300 mil e está lá, ainda está no tempo, está captando, está tudo certo, aquele valor de 300 mil
627 foi vinculado à carta de captação da OSC. Só que esses 300 mil captados não ficam rendendo
628 para a OSC e nem para a sua carta de captação, fica rendendo para o fundo, para o fundo livre.
629 Então, acredito também que a gente possa pensar em alguma coisa assim, porque recursos desse
630 valor da aplicação também poderiam ser destinados para a OSC também, não ficar só aplicado
631 no fundo livre do Funcriança. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado**
632 **do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Hoje ele é fundo livre, e tem a
633 resolução da composição do fundo ali. Não sei, isso a gente poderia pensar também. O que eu
634 só trouxe hoje para a gente poder iniciar, na verdade, um amadurecimento, porque eu acho que
635 a gente tem que pensar em possibilidades de questões da transferência. Nós estamos com alguns
636 projetos que já passaram por nós em relação à transferência e que podem trancar ali na frente,
637 e eu acho que isso é bem arriscado para as instituições e não é legal. Mas aí a gente traz na
638 próxima também, eu vou fazer uma consulta. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria**
639 **Municipal da Fazenda – SMF:** Mas, Carol, desculpa. Acho que o que passou, vamos lá, essa
640 questão da transferência chegou agora em março. Então, de março para cá é uma coisa. Agora,

de março para trás, não. Tem que fazer uma transição, acho, porque senão também tira a autonomia que até então o conselho tinha. Então, acho que esse cuidado tem que ter. Talvez uma questão de transição. De março para cá, OK, a gente tenta fazer uma outra reorganização junto com a secretaria, mas de março para trás, não me lembro quando é que chegou esse processo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu até acho que a gente deveria, no caso, pensar em uma alteração, se fosse o caso, da Resolução 150. Porque nós, enquanto conselho, temos uma resolução. E aí eu nem vou entrar em questões de peso, quem é mais, mas é uma orientação da PMS. Então, isso também agendei hoje uma reunião com a procuradora, com a Doutora Cristiane Catarina, no dia 1º, às 11:15, online, para a executiva já se organizar. E eu acho que um dos temas, com certeza, é este. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Eu queria ver, acho que foi quem mesmo que disse, ou foi o Rodrigo Gonzales, que falou que o parecer da procuradoria não tem a força de uma lei? É só o que ele acha. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É uma orientação. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Uma orientação. Mas até então, o nosso fluxo deve seguir, até segunda ordem se tiver alguma lei nova. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É que eu acho que a orientação da PMS é para que a gente não infrinja alguma questão de lei, alguma coisa assim, e é uma orientação jurídica. Mas eu acho que a gente tem que se organizar para poder não trancar as instituições e ver formas de contornar. Nós temos altos valores de transferência, e acho que não podemos estar perdendo. Vamos para as comissões. Registros?

COMISSÃO DE REGISTROS:

Fabrizia Demo, Parceiros Voluntários: Na verdade, o que seria? A gente está ainda organizando as visitas, e tem três ainda pendentes que seriam no sábado, faz um tempinho já. Eu não sei, acho que a Carol e a Natália que iam fazer? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É, amém! **Natália Laurindo, AHMI:** Eu ia e nunca fui. E já me arrependi de ter me botado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Vamos tomar um café, tu, Natália, a gente precisa conversar. **Fabrizia Demo, Parceiros Voluntários:** É só isso. Só se alguém do Registro... o Fran tem mais alguma coisa ali com eles, porque foi mais registros que a gente viu pela manhã. **Francyne da**

673 **Rosa, CEMME:** É o processo da **ACM**, 23.0.000016800-9. Eles fizeram o processo de
674 recadastramento no ano passado, e foi orientado que eles inscrevessem ali alguns serviços que
675 eles não tinham, e que eles solicitam ter no atestado de funcionamento, que eles já executam há
676 bastante tempo, mas não estavam registrados no processo SEI. Então, eles enviaram o anexo 1
677 e o anexo 3, descrevendo os serviços: SAF Morro Santana, educação integral da Restinga e
678 Cruzeiro, e trabalho educativo da ACM Restinga, que eles têm essas unidades. A gente analisou
679 então os anexos, eles enviaram a documentação toda correspondente lá no recadastramento,
680 então o atestado de funcionamento dele está vigente. Vai ser a inclusão desses serviços no
681 atestado de funcionamento. A gente já conhece esses serviços, eu trabalho direto com o Saffi
682 do Morro Santana, a gente já fez outras visitas também na instituição, então nesse momento a
683 gente optou por não realizar a visita nesses serviços que a gente já conhece. Então, a comissão
684 é de parecer favorável para a inscrição desses três serviços e inclusão no atestado de
685 funcionamento. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
686 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** OK, tem algum outro? **Francyne da Rosa,**
687 **CEMME:** Só esse. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
688 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Em votação, quem é favorável? OK, podem
689 baixar. **APROVADO.** Algum outro? **Vera Regina Boose, Federação Espírita do RS -**
690 **FERGS:** Tem o processo do **INSTITUTO ALDEIAS INFANTIL**, que é o 25.0.000148307-
691 5. É primeiro registro. A gente marcou uma reunião com eles, não vieram. É de 2023 o início
692 da solicitação. Marcamos a primeira reunião, não vieram. Marcamos a segunda, não vieram. A
693 gente já ia “rapar” eles, tipo assim. E eles mandaram um e-mail para nós solicitando uma terceira
694 reunião. Não vieram. **Viviane Anchieta, Administrativo SMIDH:** Eles mandaram e-mail hoje.
695 A pessoa está doente, não viu os e-mails e quer uma outra reunião. **Carolina Aguirre da Silva,**
696 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
697 **Presidente:** Marca para a semana que vem. Vê primeiro acho que pode mandar para eles
698 perguntando se eles têm disponibilidade, talvez se a pessoa está doente, marca para o dia 1º.
699 Que dá tempo da pessoa se recuperar e aí estar para o dia 1º. Já está mandando com 15 dias de
700 antecedência, sabe? É, a não ser que seja coisa grave, gravíssima. Sugestão, né. OK, porque é
701 um segmento bem importante. **Francyne da Rosa, CEMME:** É, para primeiro registro. E o
702 serviço que eles executam, na verdade a gente precisa entender, porque é um sistema para os
703 hospitais. A gente já teve outras OSCs nesse sentido. Mas o objetivo seria captação de recursos
704 para executar esse sistema dentro dos hospitais. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**

705 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** E não
706 necessariamente trabalhar com este público de crianças. Entendi. Políticas? Nada? Então, não
707 é para sair ainda que eu vou falar uma coisa depois que eu terminar a plenária. Termina a
708 plenária. Muito obrigada.

709 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos
710 da Criança e do Adolescente, às 15h30min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob
711 o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.